

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/5791>

<https://doi.org/10.34628/pr1g-pf50>

Metadados

Data de Publicação	2020
Editor	Universidade Lusíada
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 02 (Julho-Dezembro 2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T18:30:01Z com informação proveniente do Repositório

Nota de Abertura

Ricardo Leite Pinto

Director da POLIS

E-mail: rlp@lis.ulusiada.pt

A presente edição da revista POLIS corresponde ao segundo semestre do ano 2020 e é também o segundo número da nova série da publicação. A revista tem a sua versão “on line” (<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis>) e simultaneamente uma edição em papel que contempla a integralidade dos conteúdos. Relativamente à versão “on line”, disponibilizada mais cedo do que a versão impressa, importa dizer que em Outubro de 2020 data da edição n.º 1 (II série), todos os conteúdos de todos os números da revista, desde o seu registo inaugural, no já longínquo ano de 1994, ficaram com acesso livre e gratuito no repositório institucional da Universidade Lusíada (<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/5772>). Por outro lado deve recordar-se que a plataforma “on line” para submissão de originais está operativa, possibilitando a todos os interessados, no contexto do “blind refereeing process” em vigor na POLIS, submeter para publicação os seus trabalhos.

De acordo com o estatuto editorial, o presente número, procura ajustar-se ao largo espectro temático que esteve na origem da POLIS, diversificando contudo as proveniências institucionais dos autores e os respectivos percursos académicos.

Assim, na secção **ARTIGOS** publicam-se 8 textos que vão da História Política ao Direito Constitucional, passando, entre outras áreas de conhecimento, pela Ciência Política e pela Filosofia Política.

O estudo que abre a secção insere-se na História Política Eleitoral portuguesa. Traduz-se num extenso trabalho de investigação de **Manuel Baião** sobre as eleições legislativas de 1925 nos seis círculos do Alentejo (Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora, Beja e Aljustrel). Começa pela contextualização política e analisa de seguida a escolha dos candidatos a Deputados, a campanha eleitoral, o clientelismo, os acordos e as fraudes eleitorais. A concluir apresenta uma revisão dos resultados eleitorais no Alentejo, demarcando-se dos números seguidos pela historiografia portuguesa.

O ensaio seguinte, da autoria de **José de Matos Correia**, aprofunda o tema da confirmação de actos normativos inconstitucionais percorrendo o seguinte itinerário: soluções para a entrada em vigor de actos normativos inconstitucionais, evolução da previsão normativa quer na perspectiva do direito interno quer do direito internacional, a relação entre fiscalização preventiva e confirmação, as implicações jurídico-constitucionais do acto de confirmação, a análise do n.º 2 do art. 277º da Constituição e a salvaguarda da inconstitucionalidade, concluindo com uma reflexão acerca da parcial incongruência da solução constitucional.

Sob o título de “O Messias já chegou e livrará as “pessoas de bem” dos corruptos: Messianismo político e legitimação popular, os casos de Bolsonaro e André Ventura” **João Ferreira Dias** analisa o discurso dos dois actores políticos considerados populistas, procurando evidenciar a utilização de discursos anti-sistémicos, de combate, de divisão e de moralização social que operam no quadro da memória colectiva enquanto acto de poder, tornando o agente do discurso no Messias anunciado, aquele que irá dar “voz ao povo” contras as “elites corruptas”.

Tendo como pano de fundo as relações entre o Estado português e a Igreja Católica entre 1910 e 1926, perspectivadas historicamente, **Ernesto Castro Leal** estuda as marcas profundas da identidade e dos símbolos nacionais através da promoção de objectivos essenciais da cultura republicana: ritos e emblemas políticos de cidadania republicana; participação cívica e popular nos feriados oficiais e nas festas nacionais; laço solidário entre a construção da memória política republicana e da memória histórica nacional.

Tema actual é a reflexão de **Ana Rita Maia** sobre o Estado e a Liberdade no contexto da pandemia associada à COVID-19, que assola o mundo desde o início de 2020. Para efeito revisita a teoria utilitarista de Jeremy Bentham e alguns dos argumentos por ele esgrimidos contra a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, verificando a sua pertinência face às situações de calamidade pública e de estado de emergência decretadas um pouco por todo o lado.

Por seu lado, **Joel Silva Ferreira Mata** reflecte sobre a importância do poder legislativo local do Século XIX, invocando a relevância dos Códigos de Posturas como verdadeiros barómetros da evolução dos municípios no seu desenvolvimento económico, social, demográfico e cívico. Para o efeito toma como objecto de estudo o concelho de Valongo e analisa metodicamente os Códigos de Posturas de 1839, 1880, 1884 e 1892.

A discussão acerca do domínio público geológico do Estado e da possibilidade da intervenção dos municípios nos procedimentos de instrução dos pedidos de prospeção e pesquisa desses recursos, no quadro das relações entre a Lei de Bases dos Recursos Geológicos (Lei n.º 54/2015 de 22 de Junho) e um projeto de Decreto Lei de Desenvolvimento da referida lei, é o tema do artigo de **Jorge Miranda**.

Finalmente, em ensaio cuja tema é também marcado pela actualidade, **Manuel Porto** analisa os fundamentos da construção europeia e a consolidação do seu património cultural e jurídico para acentuar as responsabilidades da Europa na construção de uma nova política sobre Migração e Asilo no momento em que foi publicado um “Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo (COM – 2020-609)” a 23 de Setembro de 2020.

A secção **TESES E DISSERTAÇÕES**, criada para submeter à publicidade crítica aspectos parcelares de investigações de maior fôlego, como são as de Doutoramento e de Mestrado, reúne dois aprofundados ensaios que decorrem da História da Diplomacia (Portugal, EUA e Reino Unido) durante a II Guerra Mundial e da Política Externa Portuguesa contemporânea.

No primeiro caso **João Paulo de Castro Fernandes** estuda a questão da neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial e a importância dessa orientação diplomática nas relações peninsulares, revelando ainda, na sequência de investigação levada a cabo em Arquivos portugueses, de Espanha, dos EUA e do Reino Unido, a forma como os EUA pretenderam envolver as ilhas portuguesas do Atlântico como garantia da segurança da sua fronteira atlântica, sem a autorização de Salazar, concluindo com uma investigação às origens do Bloco Ibérico que nascerá em Dezembro de 1942.

No segundo caso **Pedro de Barros Gonçalves Menezes** investiga o papel do conceito “Mar Português” como elemento estruturante da Política Externa Portuguesa actual, designadamente da relação entre a natureza marítima da Identidade Nacional Portuguesa e algumas das opções expressas no seu Conceito Estratégico Nacional.

Finalmente a secção **OBSERVATÓRIO ELEITORAL**, sob coordenação de **Manuel Monteiro**, procura documentar e analisar os mais relevantes momentos eleitorais ocorridos no mundo no 2.º Semestre de 2020 (com a excepção das eleições na Eslováquia, realizadas a 29 de Fevereiro de 2020). Nesse semestre, todas ou quase todas as eleições se realizaram em contexto pandémico, o que não deixou de ter implicações quer na organização dos processos eleitorais quer nos resultados finais. Uma dessas eleições ganhou particular importância, por comparação com todas as outras no período assinalado. Tratou-se da eleição presidencial norte americana, não só pela relevância dos Estados Unidos da América do ponto de vista das suas tradições democráticas, como pelas extraordinárias e prolongadas vicissitudes que rodearam tal eleição. Isso explica a maior extensão no tratamento desse acto eleitoral. Mas outros são objecto de estudo: República Eslovaca, República da Macedónia do Norte, República da Lituânia e Nova Zelândia. São ainda abordados dois referendos com incidência constitucional: os do Chile e da Itália.